



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS

REQUERIMENTO Nº 155 /2026

Assunto: Requer informações, documentos e esclarecimentos acerca do alegado desequilíbrio econômico-financeiro do Convênio nº 001/2024, dos gastos com horas extras, dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, dos aportes financeiros realizados pelo Município, da fiscalização contratual, dos mecanismos de controle administrativo e da transição para a gestão municipal do Hospital Municipal Walter Ferrari.

Senhor Presidente,

Requeiro à Mesa, observadas as formalidades regimentais e constitucionais, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que encaminhe a esta Casa de Leis, no prazo legal, as seguintes informações, acompanhadas da respectiva documentação comprobatória:

I – DA CRONOLOGIA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. Considerando a declaração realizada em audiência pública de que o déficit financeiro decorrente de horas extras já vinha se arrastando desde maio de 2025, informar em que data a entidade conveniada identificou formalmente o alegado desequilíbrio econômico-financeiro.

2. Informar em que data ocorreu a primeira comunicação formal desse desequilíbrio:

- a) ao fiscal do convênio;
- b) à Secretaria Municipal de Saúde;
- c) à Secretaria Municipal de Finanças;
- d) à Controladoria Interna;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e) ao Chefe do Poder Executivo.

3. Encaminhar cópia integral dos ofícios, relatórios, memorandos, notificações, pareceres, estudos financeiros, planilhas e demais documentos que deram origem à alegação de desequilíbrio econômico-financeiro.

4. Informar qual era o valor do déficit apurado mês a mês entre maio de 2025 e a presente data.

II – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

5. Informar quem exerceu as funções de fiscal titular e fiscal substituto do convênio entre maio de 2025 e a presente data, encaminhando os respectivos atos de designação.

6. Encaminhar cópia integral de todos os relatórios de fiscalização produzidos no período.

7. Informar em qual relatório de fiscalização apareceu pela primeira vez a informação referente ao crescimento dos gastos com horas extras, banco de horas, absenteísmo, turnover ou risco de desequilíbrio econômico-financeiro.

8. Informar quais providências administrativas foram adotadas após cada apontamento realizado pelos fiscais.

9. Informar se houve recomendações formais para:

a) redução de horas extras;

b) reorganização de escalas;

c) ampliação do quadro funcional;



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

d) contratação de profissionais;

e) contenção de despesas.

10. Caso tais apontamentos não tenham sido realizados, justificar tecnicamente a ausência de registros sobre problema que, segundo declarado em audiência pública, já existiria desde maio de 2025.

III – DAS HORAS EXTRAS E BANCO DE HORAS

11. Informar o valor mensal gasto com horas extras desde maio de 2025.

12. Informar quais categorias profissionais concentraram os maiores volumes de horas extraordinárias.

13. Informar se havia banco de horas vigente no período, encaminhando demonstrativo mensal dos respectivos saldos.

14. Informar quantas horas acumuladas em banco de horas foram posteriormente convertidas em pagamento.

15. Demonstrar o impacto financeiro mensal das horas extras na composição do alegado déficit.

16. Informar quais gestores, coordenadores, diretores, responsáveis técnicos ou representantes da entidade autorizaram, validaram ou anuíram com a manutenção das jornadas extraordinárias que contribuíram para o alegado desequilíbrio financeiro.

17. Encaminhar os documentos que fundamentaram tais autorizações.

18. Informar se houve manifestação formal alertando que a continuidade das horas extras poderia comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do convênio.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

IV – DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19. Informar todos os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro apresentados pela entidade desde maio de 2025.

20. Para cada pedido, informar:

- a) data do protocolo;
- b) valor solicitado;
- c) fundamento técnico;
- d) decisão proferida;
- e) valor eventualmente deferido.

21. Encaminhar cópia integral dos pedidos de reequilíbrio e dos respectivos pareceres técnicos, financeiros, jurídicos e de controle interno.

22. Informar se os pedidos de reequilíbrio guardam relação direta com o aumento das horas extras apontado em audiência pública.

V – DOS ADITAMENTOS, SUPLEMENTAÇÕES E APORTES FINANCEIROS

23. Informar todos os aditamentos financeiros celebrados desde maio de 2025, indicando valores, fundamentos e documentos que os embasaram.

24. Informar o valor total efetivamente repassado à entidade em decorrência de reequilíbrios, aditamentos, suplementações orçamentárias ou aportes extraordinários.

25. Considerando a abertura de crédito suplementar de R\$ 27.489.826,86 em janeiro de 2026, informar qual a finalidade específica desses recursos e sua efetiva destinação.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

26. Informar se referido crédito suplementar possuía relação direta ou indireta com o alegado desequilíbrio econômico-financeiro do Convênio nº 001/2024.

27. Encaminhar os estudos técnicos, financeiros e administrativos que fundamentaram a abertura do referido crédito suplementar.

28. Informar por qual motivo, apesar da alegação de que o problema financeiro já existia desde maio de 2025, posteriormente ainda ocorreram pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, aditamentos financeiros, suplementações orçamentárias e aportes extraordinários.

29. Informar quais medidas preventivas foram adotadas pelo Município para impedir a evolução do alegado déficit.

VI – DOS MECANISMOS DE CONTROLE E RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

30. Informar se a Administração Municipal considera que houve:

- a) falha de planejamento;
- b) falha de fiscalização contratual;
- c) insuficiência dos mecanismos de controle interno;
- d) falha na gestão operacional;
- e) outra circunstância que tenha contribuído para a evolução do alegado déficit.

31. Em caso positivo, informar as medidas corretivas adotadas.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

32. Em caso negativo, justificar tecnicamente como um problema alegadamente conhecido desde maio de 2025 evoluiu até a necessidade de sucessivos aportes financeiros e pedidos de reequilíbrio.

33. Considerando que foi afirmado em audiência pública que o déficit financeiro decorrente de horas extras já existia desde maio de 2025, informar objetivamente como um problema reconhecido há vários meses evoluiu durante longo período sem que os mecanismos de fiscalização contratual, controle interno, acompanhamento financeiro e gestão administrativa produzissem solução capaz de evitar sucessivos aportes de recursos públicos, reequilíbrios econômicos, aditamentos financeiros e suplementações orçamentárias, encaminhando a respectiva documentação comprobatória das medidas adotadas.

VII – DOS CONTROLES OPERACIONAIS E DA RDC Nº 15/2012

34. Considerando as exigências de monitoramento, rastreabilidade, registros operacionais e controle de processos previstas na RDC nº 15/2012 da ANVISA, informar quais mecanismos eram utilizados para monitorar:

- a) absenteísmo;
- b) turnover;
- c) horas extras;
- d) dimensionamento de pessoal;
- e) continuidade operacional dos serviços.

35. Informar se os relatórios gerenciais e operacionais identificavam insuficiência de pessoal, excesso de jornadas extraordinárias ou riscos decorrentes da elevada rotatividade de colaboradores.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

36. Encaminhar cópia dos indicadores operacionais utilizados para monitoramento dessas ocorrências entre maio de 2025 e a presente data.

37. Informar se houve manifestação formal de responsáveis técnicos, coordenadores, gerentes, fiscais ou gestores alertando para riscos operacionais, assistenciais ou financeiros decorrentes da manutenção prolongada das horas extras.

38. Informar quais medidas corretivas foram adotadas após tais alertas.

VIII – DA TRANSIÇÃO PARA A GESTÃO MUNICIPAL

39. Informar a partir de qual data a Administração Municipal passou a planejar formalmente a assunção direta da gestão hospitalar.

40. Encaminhar os estudos técnicos, financeiros e administrativos que fundamentaram a municipalização da gestão.

41. Informar se existe levantamento atualizado de:

a) passivos trabalhistas;

b) fornecedores;

c) contingências judiciais;

d) obrigações financeiras pendentes;

e) passivos decorrentes da transição.

42. Informar se existem valores ainda pendentes de pagamento ou pedidos de reequilíbrio atualmente em análise.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

IX – DA GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E TRANSIÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS

43. Informar se agentes públicos que exerceram funções de:

- a) fiscalização contratual;
- b) acompanhamento financeiro;
- c) gestão do convênio;
- d) monitoramento operacional;

passaram posteriormente a ocupar cargos de direção, coordenação, superintendência ou gestão na estrutura responsável pela futura administração hospitalar.

44. Em caso positivo, informar:

- a) nome;
- b) função anteriormente exercida;
- c) período de atuação;
- d) cargo atualmente ocupado;
- e) ato administrativo de nomeação.

45. Informar se houve manifestação formal desses agentes acerca do alegado desequilíbrio econômico-financeiro durante o período em que exerciam atividades de fiscalização ou acompanhamento do convênio.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

46. Encaminhar toda a documentação relacionada à transição administrativa entre a entidade conveniada e o Município.

47. Informar se a Controladoria Interna, a Secretaria Municipal de Finanças, a Secretaria Municipal de Saúde ou os fiscais do convênio emitiram alertas formais relacionados à evolução do déficit financeiro, encaminhando cópia integral dos respectivos documentos.

48. Informar se houve reuniões técnicas, comissões de acompanhamento, grupos de trabalho ou deliberações administrativas destinadas a enfrentar o alegado desequilíbrio econômico-financeiro, encaminhando as respectivas atas.

49. Informar se a Administração Municipal realizou análise de risco referente à continuidade operacional do hospital diante do crescimento das horas extras, absenteísmo, turnover e aumento dos custos operacionais.

50. Considerando que foi afirmado em audiência pública que o déficit financeiro decorrente de horas extras já existia desde maio de 2025, informar:

a) quem foi formalmente comunicado acerca da existência do alegado desequilíbrio econômico-financeiro;

b) em que data ocorreu cada comunicação;

c) quais providências concretas foram adotadas por cada órgão, setor, gestor ou agente público após o recebimento dessas informações;

d) encaminhar cópia integral dos documentos comprobatórios das medidas adotadas;

e) justificar como um problema alegadamente conhecido desde maio de 2025 evoluiu durante meses até culminar na necessidade de sucessivos aportes de recursos públicos, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, aditamentos financeiros e suplementações orçamentárias.



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

51. Informar se a Administração Municipal comunicou formalmente ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a ocorrência do alegado desequilíbrio econômico-financeiro, os pedidos de reequilíbrio, os aportes extraordinários, as suplementações orçamentárias e as alterações contratuais realizadas.

52. Em caso positivo, encaminhar cópia integral dos ofícios, comunicações, relatórios, processos, pareceres e demais documentos enviados ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

53. Em caso negativo, justificar técnica e juridicamente os motivos pelos quais tais fatos não foram comunicados ao órgão de controle externo.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento fundamenta-se no exercício da função fiscalizatória atribuída ao Poder Legislativo pelo artigo 31 da Constituição Federal, bem como nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, economicidade e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Durante audiência pública de prestação de contas da área da saúde, representantes da entidade responsável pela gestão do Hospital Municipal Walter Ferrari afirmaram que o déficit financeiro decorrente dos gastos com horas extras já vinha se arrastando desde maio de 2025. Trata-se de informação de extrema relevância para o exercício do controle externo, uma vez que indica que o alegado desequilíbrio econômico-financeiro não decorreu de fato súbito, excepcional ou imprevisível, mas de situação que, em tese, já era conhecida e vinha se desenvolvendo ao longo de vários meses.

A relevância da questão aumenta diante da cronologia dos fatos observada posteriormente. Segundo as informações disponíveis, após o período em que o problema já seria de conhecimento da entidade gestora e dos responsáveis pelo acompanhamento contratual, ocorreram sucessivos eventos financeiros de grande impacto, incluindo pedidos



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

de reequilíbrio econômico-financeiro, abertura de crédito suplementar superior a R\$ 27 milhões, aditamentos contratuais, suplementações orçamentárias e aportes extraordinários de recursos públicos destinados à manutenção dos serviços de saúde.

Tal cenário impõe a necessidade de esclarecimento detalhado acerca da linha temporal dos acontecimentos, especialmente para identificar quando o alegado desequilíbrio foi formalmente constatado, quem tomou conhecimento dos fatos, quais órgãos foram comunicados, quais providências foram adotadas e quais medidas de gestão, fiscalização e controle foram efetivamente implementadas para impedir a evolução do problema.

A fiscalização contratual não possui caráter meramente formal. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui entendimento consolidado no sentido de que a atuação dos fiscais, gestores de contratos e órgãos de controle deve ser permanente, preventiva e orientada à mitigação de riscos, especialmente quando identificadas situações capazes de comprometer a execução contratual, o equilíbrio financeiro do ajuste ou a adequada aplicação dos recursos públicos.

Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender como um problema que, segundo declarado em audiência pública, já era conhecido desde maio de 2025, evoluiu durante meses sem que os mecanismos de fiscalização contratual, controle interno, acompanhamento financeiro e gestão administrativa produzissem solução capaz de evitar a posterior necessidade de sucessivos aportes de recursos públicos, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, aditamentos financeiros e suplementações orçamentárias.

Também merece especial apuração a atuação dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização contratual, acompanhamento financeiro, monitoramento operacional e gestão do convênio, especialmente quanto à existência de relatórios de acompanhamento, recomendações técnicas, notificações, alertas administrativos, pareceres, comunicações formais e demais providências eventualmente adotadas ao longo do período.

Igualmente relevante é a análise dos mecanismos de monitoramento operacional utilizados na gestão hospitalar, sobretudo diante dos indicadores de absenteísmo, turnover



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

e horas extras apresentados durante a audiência pública. Tais informações possuem relação direta com a eficiência da gestão, o planejamento da força de trabalho, a sustentabilidade financeira da operação e a adequada prestação dos serviços de saúde à população.

O presente requerimento não possui caráter acusatório ou conclusivo, mas exclusivamente fiscalizatório, buscando assegurar transparência, boa governança, eficiência administrativa e proteção ao interesse público. Seu objetivo é permitir que esta Casa de Leis exerça plenamente sua função constitucional de controle externo, mediante acesso às informações, documentos e registros necessários à correta avaliação dos fatos.

Diante da relevância dos recursos públicos envolvidos, da magnitude dos valores posteriormente aportados e da necessidade de garantir absoluta transparência no processo de transição da gestão hospitalar, mostra-se imprescindível o encaminhamento integral das informações e documentos solicitados, permitindo o adequado acompanhamento dos atos administrativos praticados e o efetivo exercício da atividade fiscalizatória do Poder Legislativo.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 01 de junho de 2026



VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

PROTOCOLO 00549/2026 -01/06/2026

LIDO E APROVADO EM S.O – 02- 06-2026